



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
Estado do Espírito Santo
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"
"Doce Terra dos Colibris"



PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 14471/2025

ASSUNTO: CELEBRAÇÃO DE PARCERIA – TERMO DE FOMENTO

ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE SANTA TERESA/ES

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA DISPONIBILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA, FONOAUDIOLOGIA, PSICOLOGIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E HIGIENIZAÇÃO E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS DA INSTITUIÇÃO.

BASE LEGAL: IN SPL Nº 18/2020, DECRETO 404/2018 E LEI 13019/2014.

REQUERENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RELATÓRIO

A Secretaria Municipal de Saúde, encaminhou os autos do processo 14471/2025, no qual a ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE SANTA TERESA, inscrita no CNPJ nº 32.405.664.0001-27, pretende firmar parceria para contratar profissionais para disponibilização dos serviços de fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia, assistência social, higienização e limpeza para manutenção dos serviços essenciais da instituição, conforme Plano de Trabalho constante às fls. 02/18 dos autos.

O plano de trabalho apresentado prevê o repasse de R\$ 510.700,00 (quinhentos e dez mil e setecentos reais), para contratação dos itens acima mencionados, através da formalização de parceria.

Por sua vez, a Secretaria responsável pela gestão, encaminha os autos para análise e parecer quanto à juridicidade da formalização da parceria.

É o sintético relatório.

DA ANÁLISE JURÍDICA

A lei 13.019/14, de abrangência nacional, entrou em vigor e, 23 de janeiro de 2016 para a União, Estados e Distrito Federal, e a partir de 01 de janeiro de 2017 aos Municípios, sendo que o Município de Santa Teresa/ES regulamentou a referida lei através do Decreto 404/2018.

A partir de então as transferências voluntárias de recursos dos entes Federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) para as organizações da Sociedade Civil, passaram a ser efetivadas através de novos instrumentos jurídicos: Termo de Fomento, Termo de Colaboração e Acordo de Cooperação.

No contexto dos autos do processo, verifica-se a possibilidade de formalização de Termo de Fomento, conforme dispõe o artigo 8º do Decreto 404/2018:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
Estado do Espírito Santo
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"
"Doce Terra dos Colibris"



Art. 8.º Termo de fomento é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas para consecução de planos de trabalho, cuja concepção seja das organizações da sociedade civil, com o objetivo de incentivar projetos de interesse público e recíproco, desenvolvidos ou criados por essas organizações, que envolvam a transferência de recursos financeiros.

Ocorre que para formalização da presente parceria, deverão ser observadas as premissas estabelecidas no § 2º Decreto Municipal nº 404/2018:

§2.º Compete ao Secretário Municipal responsável pela política pública, além de outras atribuições previstas neste Decreto:

a) Instruir o processo de solicitação da parceria, juntamente com a equipe técnica, a fim de verificar se a documentação está de acordo com as exigências desse decreto.

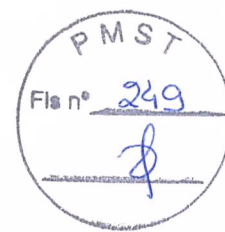
A) QUANTO AOS DOCUMENTOS JUNTADOS NOS AUTOS

Compulsando os autos, observa-se que foram juntados documentos, nos moldes do Decreto 404/2018 e da Lei 13.019/2014, a saber:

- ✓ Ofício solicitando a parceria – fl. 02;
- ✓ Plano de Trabalho – fls. 03/18;
- ✓ Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, fls. 19;
- ✓ Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, fls. 23;
- ✓ Certidão Negativa de Débitos Municipais, fls. 21;
- ✓ Certidão Negativa de Débitos Estaduais, fls. 22;
- ✓ Certidão Negativa de Contas Julgadas Irregulares, fls. 20;
- ✓ Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fls. 24;
- ✓ Certificado de Regularidade do FGTS, fls. 26;
- ✓ Estatuto Social, fls. 27/59;
- ✓ Ata do livro nº 03, fl. 96v a 99v, fls. 60/63;
- ✓ Relação Nominal atualizada dos Dirigentes, fls. 64/67;
- ✓ Documento de Identificação da Responsável Legal da OSC, fls. 191;
- ✓ Comprovante da Sede da Associação, fls. 68;
- ✓ Termos de Fomento anteriores firmados com este Município, fls. 69/87;
- ✓ Declaração de que a organização não deve prestações de contas a quaisquer órgãos Federais, Estaduais e Municipais, fls. 188;
- ✓ Declaração que não emprega menor, fls. 187;
- ✓ Declaração de disponibilidade de Instalações, Condições Materiais, Capacidade Técnica e Operacional, fls. 186;
- ✓ Declaração da não incorrência de vedações, fls. 185;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
Estado do Espírito Santo
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"
"Doce Terra dos Colibris"



- ✓ Relatório Anual de Atividades e Registro Fotográfico, fls. 88/169;
- ✓ Extrato da Conta Bancária, fls. 184;
- ✓ Acordo Coletivo de Trabalho 2025/2026, fls. 192/193;
- ✓ Certidão Negativa de Contas Julgadas Irregulares, fls. 25;
- ✓ Resolução nº 21/2024, fls. 181/182;
- ✓ Atestado de Registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Teresa/ES, fls. 183;
- ✓ Estatuto Técnico Preliminar, fls. 201;
- ✓ Parecer da Secretaria Municipal de Assistência Social, fls. 231/232;
- ✓ Parecer Técnico, fls. 214/216;
- ✓ Termo de Referência, fls. 205/213;
- ✓ Novo Plano de Trabalho, fls. 219/234
- ✓ Portaria/SEGOV nº 002/2025 e n.º 229/2023, fls. 196/199;
- ✓ Lei nº 1546/2024 - Declara de utilidade pública a Associação Pestalozzi, fls. 180;
- ✓ Nota de Pré Empenho, fls. 242;
- ✓ Minuta do Termo de Homologação da Inexigibilidade de Chamamento Público, fls. 245/246.

Por outro lado, **ausentes os seguintes documentos:** Orçamentos, Solicitação/Cotação de Material/Serviço, Mapa de Apuração de Valores por Item Consolidado, Documento de Formalização de Demanda, Declaração informando os responsáveis pela coordenação e execução do projeto, bem como Justificativa de preço.

B) QUANTO A INDICAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para celebração de Termo de Fomento, necessário se faz observar o artigo 33 do Decreto 404/2018, no qual será necessária a indicação de dotação orçamentária para sua formalização, a saber:

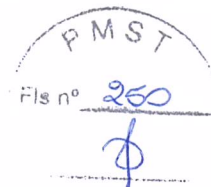
Art. 33. A celebração do termo de fomento ou do termo de colaboração depende da indicação expressa de prévia dotação orçamentária para execução da parceria. Parágrafo Único. A indicação dos créditos orçamentários e empenhos necessários à cobertura de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro deverá ser efetivada por meio de certidão de apostilamento do instrumento da parceria no exercício em que a despesa estiver consignada.

Compulsando os autos, verifica-se que a Secretaria indicou a dotação orçamentária à fl. 240.

C) QUANTO A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA FORMALIZAÇÃO DA PARCERIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
Estado do Espírito Santo
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"
"Doce Terra dos Colibris"



O artigo 35 do Decreto nº 404/2018 é taxativo ao estabelecer a documentação necessária para formalização da parceria, que deverá ser observada antes da manifestação jurídica.

Após análise minuciosa dos autos, verifica-se o cumprimento parcial do estabelecido no artigo 35 do referido Decreto, que regulamenta a Lei Federal nº 13.019/2014

D) QUANTO A EMISSÃO DE PARECER TÉCNICO

A obrigatoriedade de emissão de parecer técnico, este contido no artigo 36 do Decreto nº 404/2018, que assim estabelece:

Art. 36. A Secretaria Municipal emitirá parecer técnico a respeito dos itens enumerados no inciso V, do art. 35, da Lei nº 13.019, de 2014.

Parágrafo Único. Para fins do disposto na alínea "c" do inciso V do art. 35 da Lei nº 13.019, de 2014, o parecer analisará a compatibilidade entre os valores apresentados no plano de trabalho e a viabilidade de execução da parceria.

Nesse sentido faz-se necessário a emissão de Parecer em obediência ao que estabelece o referido o inciso V, do art. 35, da Lei nº 13.019, a saber:

Art. 35. A celebração e a formalização do termo de colaboração e do termo de fomento dependerão da adoção das seguintes providências pela administração pública:

V - Emissão de parecer de órgão técnico da administração pública, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito:

- a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;*
- b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista nesta Lei;*
- c) da viabilidade de sua execução, inclusive no que se refere aos valores estimados, que deverão ser compatíveis com os preços praticados no mercado;*
- d) da verificação do cronograma de desembolso previsto no plano de trabalho, e se esse é adequado e permite a sua efetiva fiscalização;*
- c) da viabilidade de sua execução; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)*
- d) da verificação do cronograma de desembolso; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)*
- e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos;*
- f) da descrição de elementos mínimos de convicção e de meios de prova que serão aceitos pela administração pública na prestação de contas;*
- f) (Revogada) ; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)*
- g) da designação do gestor da parceria;*
- h) da designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria;*
- i) da aprovação do regulamento de compras e contratações apresentado pela organização da sociedade civil, demonstrando a compatibilidade entre a alternativa escolhida e a*



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
Estado do Espírito Santo
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"
"Doce Terra dos Colibris"



natureza e o valor do objeto da parceria, a natureza e o valor dos serviços, e as compras passíveis de contratação, conforme aprovado no plano de trabalho;

Consta nos autos parecer técnico cumprindo ao que estabelece a lei.

E) DA ANÁLISE JURÍDICA

A Análise jurídica das parcerias se limita a juridicidade da formalização, não cabendo análise quanto à oportunidade e conveniência, nem o conteúdo técnico dos documentos juntados aos autos, nos moldes do que preceitua o artigo 37 do Decreto 404/2018:

Art. 37. O parecer jurídico será emitido pela Procuradoria Municipal, e abrangerá:

I - Análise da juridicidade das parcerias; e

II - Consulta sobre dúvida específica apresentada pelo gestor da parceria ou por outra autoridade que se manifestar no processo.

Parágrafo Único. A manifestação não abrangerá a análise de conteúdo técnico de documentos do processo.

F) DA ANÁLISE DA JURIDICIDADE DA FORMALIZAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO FOMENTO

Estabelece a Lei 13019 e o artigo 14 do Decreto 404/2018 que as parcerias poderão ser formalizadas através de Chamamento público, *exceto nos casos de inexigibilidade e dispensa:*

Art. 14. A celebração de parceria entre o Município e as organizações da sociedade civil será realizada por chamamento público, exceto nos casos de inexigibilidade e dispensa, tendo como objetivo selecionar organizações que tornem mais eficaz a execução do objeto, através da publicação de edital.

No caso em tela, de acordo com o Termo de Referência acostado, temos que se tratar de **Inexigibilidade de Chamamento Público**, que conseqüentemente não haverá designação de Comissão de Seleção, nem tão pouco realização de chamamento público, tendo em vista previsão constante do inciso I do art. 19 do Decreto Municipal nº 404/2018, nos seguintes termos:

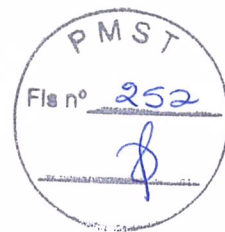
Art. 19. O chamamento público será considerado inexigível, nas seguintes situações, sem prejuízo de outras:

I - na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações, em razão da natureza singular do objeto do plano de trabalho ou quando as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica.

Atinente à etapa da **execução**, que é o momento a partir do qual serão executadas as atividades planejadas, importante destacar a **responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos**, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, sendo que a inadimplência da administração pública



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
Estado do Espírito Santo
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"
"Doce Terra dos Colibris"



não transfere à OSC a responsabilidade pelo pagamento de obrigações vinculadas à parceria com recursos próprios.

As parcelas dos recursos serão liberadas à OSC pela administração pública em estrita conformidade com respectivo cronograma de desembolso e os recursos que deverão ser depositados pela organização social em conta-corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pela administração pública.

Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária, sendo que os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

No que se relaciona à fase de monitoramento e avaliação, a administração pública deverá emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria celebrada, que deverá conter todos os elementos elencados no § 1º, do artigo 59, da Lei 13.019/14, submetendo-o à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil. Referido relatório servirá de base para emissão do parecer técnico conclusivo da análise da prestação de contas final, a ser exarado pelo Gestor da Parceria.

A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 60 (sessenta) dias a partir do término da vigência da parceria (nos termos do inciso II, art. 80 do Decreto Municipal 404/18), não impedindo que a administração pública promova a instauração de tomada de contas especial antes do término da parceria, caso reste evidências de irregularidades civis deverá apresentar prestação de contas ao fim de cada exercício, para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto.

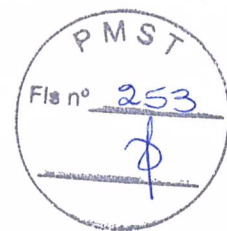
O prazo para prestação de contas poderá ser prorrogado por até 15 (quinze) dias, desde que devidamente justificado e previamente solicitado pela OSC.

Por derradeiro, cabe esclarecer que o prazo de vigência do Termo será de até 12 (doze) meses, nos seguintes termos do Decreto Municipal 404/18:

Art. 30. A cláusula de vigência de que trata o inciso VI do caput do art. 42 da Lei nº 13.019, de 2014, deverá estabelecer prazo correspondente ao tempo necessário para a execução integral do objeto da parceria, passível de prorrogação, desde que o período total de vigência não exceda cinco anos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
Estado do Espírito Santo
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"
"Doce Terra dos Colibris"



Sendo assim, caberá à pretensa parceria formalização de Termo de Fomento através de Inexigibilidade de Chamamento Público, nos termos dos argumentos vastamente aduzidos ao longo deste parecer.

CONCLUSÃO

Desde que observadas as recomendações contidas no decorrer do presente processo, em observância ao Decreto 404/2018 e Lei 13.019/2014, NÃO HÁ ÓBICE, quanto ao seguimento dos autos para formalização de TERMO DE FOMENTO por meio de Inexigibilidade de Chamamento Público.

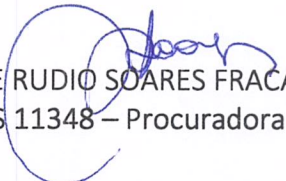
Na oportunidade, APROVAMOS a Minuta do Termo de Homologação da Inexigibilidade de Chamamento Público às fls. 245/246, desde que o valor seja alterado para R\$ 510.700,00 (quinhentos e dez mil e setecentos reais)

RECOMENDAÇÕES:

- Manter as condições de Regularidade Fiscal, Jurídica e Trabalhista da OSC atualizadas;
- Juntar justificativa de preço, conforme preconiza o item 09, anexo III da Instrução Normativa SCL nº18/2020;

É o parecer que submeto a superior Consideração.

Santa Teresa, 20 de fevereiro de 2026.


ALINE RUDIO SOARES FRACALOSSO
OAB/ES 11348 – Procuradora Jurídica